**A EXPANSÃO DAS LICENCIATURAS NA MODALIDADE EaD NO CONTEXTO DE FINANCEIRIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR**

Igor Jean Viana Da Silva (Mestrando/Bolsista CAPES – FEBF/UERJ)

Prof.ª Dra. Luciane Da Silva Nascimento (Professora Adjunta – FEBF/UERJ)

**Resumo**O presente trabalho é um recorte dos resultados de um projeto de pesquisa de Mestrado (PPGEC/FEBF/UERJ), que está em andamento. A investigação tem como objetivo analisar a expansão das Licenciaturas na modalidade EaD – Educação a Distância e suas implicações na refuncionalização da formação docente, com recorte em cursos de Licenciatura em Geografia. O trabalho utiliza os dados do Censo da Educação Superior de 2022 para analisar a expansão dos cursos em EaD (2015-2022). Analisa as mudanças regulatórias que ocorreram no período e os interesses econômicos de grupos financeiros como causas principais para a expansão das licenciaturas em EaD, contrapondo-se à ideia do senso comum de que o desenvolvimento tecnológico, a expansão da banda larga e a pandemia de COVID-19 são os principais responsáveis pela expansão dos cursos na modalidade à distância em instituições privadas no Brasil.

Palavras Chaves: Financeirização do Ensino Superior; EaD; Licenciaturas.

**Introdução**

O Ensino Superior no Brasil sofreu uma profunda transformação na última década. Segundo os dados do último Censo da Educação Superior do Ministério da Educação, referente ao ano de 2022, o número total de ingressantes em cursos de graduação no Brasil em 2022 foi de 4.756.728 alunos (BRASIL, 2024). Deste total de alunos ingressantes, aproximadamente 65% das matrículas são na modalidade de Educação a Distância – EaD. Em 2012, o número total de alunos em EaD correspondia a aproximadamente 20% do total de alunos ingressantes, em um total de 2.747.089 alunos.

Dos 4.756.728 ingressantes em 2022, 798.115 foram em cursos de licenciatura. Deste total de ingressantes em licenciaturas, 81% são na modalidade EaD, sendo 654.329 em instituições privadas. Enquanto 77,8% dos ingressantes em licenciaturas em instituições públicas estão na modalidade presencial, 93,7% das licenciaturas em instituições privadas são na modalidade EaD.

Para Mészáros, “nenhuma sociedade pode perdurar sem seu próprio sistema de educação” (MÉSZÁROS, 2016, p. 265). Os dados evidenciam que é no ensino privado à distância que os professores estão sendo formados, no sistema próprio de educação mercantilizada do capital. Uma hipótese do senso comum para esse crescimento acelerado das matrículas em EAD é o avanço da tecnologia e do acesso à conexão de banda larga, além dos impactos da Pandemia de COVID-19, que trouxe o ensino híbrido como alternativa ao isolamento social.

O presente resumo expandido é resultado de uma Pesquisa de Mestrado (PPGEC/FEBF/UERJ) que investiga a expansão dos cursos de Geografia na modalidade EAD e suas implicações para a refuncionalização da formação docente. Ao longo da pesquisa, tem sido constatado que a expansão da EaD, na última década, seguiu uma lógica em que a tecnologia e os efeitos da pandemia são importantes, mas não fundamentais. Mudanças na legislação do setor de EaD e os interesses financeiros de grupos empresariais têm um peso mais expressivo na construção do cenário atual.

**Desenvolvimento**

 Seguindo uma trajetória de crescimento que se inicia em 2016 e se acelera no triênio 2017-2019, é possível identificar o ano em que os ingressantes em cursos de graduação no Brasil na modalidade EaD superaram o ensino presencial: o ano de 2020. Em 2015, eram 694 mil ingressantes em EaD. Em 2017, ultrapassou 1 milhão de ingressantes. Em 2020, já eram 2 milhões de ingressantes (BRASIL, 2024). Entre 2018 e 2022, ocorreu um aumento de 189% no número de cursos em EaD.

Mesmo antes da Pandemia da COVID-19, a trajetória dos ingressantes em EaD já era crescente. E nesse período, nenhum impacto tecnológico disruptivo justificaria esse crescimento. A investigação se debruça na análise do panorama político-social e regulatório que impactou o setor educacional superior nesses anos.

Como aponta Machado e Leher sobre os recursos destinados ao PROUNI e ao FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior), “as verbas do Tesouro e os subsídios passaram de cerca de R$ 2 bilhões em 2010 para R$ 34,4 bilhões em 2016” (MACHADO e LEHER, 2021). Esse cenário de recursos públicos abundantes se desmancha após a crise que se iniciou em 2013 com as Jornadas de Junho e teve seu auge em 2016. A partir desse momento, o Brasil entra numa crise sem precedentes.

O “canto do cisne” do FIES foi a partir de 2017, quando “os repasses foram reduzidos para R$17,6 bilhões” (MACHADO e LEHER, 2021). Tornando-se fiscalmente inviável, o programa é reformulado. Com a mudança de regime em 2016, os grupos empresariais educacionais percebem uma oportunidade de expansão dos cursos na modalidade EaD – movimento que já ocorria lentamente dentro das instituições privadas, limitado pela regulamentação do setor. E foi essa regulamentação que foi atacada, implementando uma política educacional articulada “organicamente à produção do trabalhador para o capital” (EVANGELISTA, 2018).

 Em 2017, o ministro da Educação do governo Temer, Mendonça Filho, homologou a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e o projeto do Novo Ensino Médio, em um cenário de debate embargado com a sociedade e movimentos sociais. Ainda em 2017, o Ministério da Educação promoveu mudanças profundas na regulamentação dos cursos de EaD, com o Decreto 9.057/2017.

Esse decreto é um ponto central para o futuro da EaD no Brasil, pois foi ele que permitiu que instituições de Ensino Superior criassem cursos de graduação e pós-graduação em EaD sem um curso equivalente presencial (BRASIL, 2017), além do relaxamento das regras sobre número mínimo de tutores, política de abertura de polos e qualidade como um todo, “com a facilitação de credenciamento de novos cursos e polos, e o subsequente aumento da oferta de vagas para alunos” (BRASILEIRO, 2020).

 **Gráfico 1** – Ingressantes em cursos na modalidade EaD (2015-2021).

 Fonte: Instituto SEMESP (2023, p.21)

A mudança na regulamentação da EaD, propagandeada como descentralização e liberdade para as empresas, causou uma expansão sem precedentes nos cursos na modalidade EaD, conforme ilustra o **Gráfico 1**. Como escreveu Marx, o fato de "ter investido o seu capital numa fábrica de ensino, em vez de numa de salsichas, não altera nada na relação" (MARX, 2013, p. 706) de extração de mais-valia. Os grupos educacionais privados, que se expandiram e consolidaram-se de forma mercantil na primeira década do século XXI com abundância de recursos públicos, já operam em outro contexto: o da financeirização.

A financeirização é definida como a “força avassaladora das frações burguesas que operam o capital comércio de dinheiro” (LEHER, 2023), sendo a financeirização da educação definida como “a submissão do processo educacional (seu propósito, o conteúdo, a forma [...]) aos propósitos do capital financeiro” (YAKOVLEVA e MIGLIOLI, 2022). A partir desse cenário regulatório, os grupos privados mercantis expandiram para a EaD, utilizando a modalidade como forma de corte de gastos com docentes e redução de custo de infraestrutura – em vez de abrir campi, passam a abrir polos. Além disso, buscam manter as margens de lucro em um cenário de diminuição de verbas públicas e crise econômica.

Em uma articulação com discursos de aparelhos privados de hegemonia que operam uma refuncionalização da função docente, encontraram nas licenciaturas um forte campo de expansão, influenciando a formação da classe docente brasileira, em um “projeto educativo do capital, isto é, o capital como educador do educador” (EVANGELISTA, 2019, p.96). Tratando-se de grandes empresas cujas ações circulam em bolsa de valores e administradas por fundos de investimentos, o objetivo principal dessas empresas é o capital – sendo a educação apenas um meio de rentabilizar um capital financeiro e não um fim social e humano.

**Conclusão**

Em sua origem, a EaD era parte de um discurso de qualificação para o mercado de trabalho e o atendimento de públicos que não se encaixavam no ensino tradicional, sendo a EaD uma oportunidade de “educação e qualificação profissional, […] sob a alegação de democratizar o ensino e promover a educação continuada” (COSTA, 2019, p. 320).

A tecnologia e os efeitos da COVID-19 não são argumentos suficientemente robustos para justificar a expansão da EaD na última década. O processo de desregulamentação da EaD a partir de 2017, tendo como referência os dados do Censo da Educação Superior, é uma hipótese válida para justificar o cenário atual. A EaD foi utilizada por grupos empresariais para refuncionalizar a universidade “como uma entidade que não produz apenas para o mercado, mas que se produz a si mesma como mercado” (SANTOS, 2004, p. 19).

O crescimento das matrículas em licenciaturas na modalidade EaD gera um paradoxo: professores são formados em uma modalidade 100% virtual para atuarem com alunos em um ensino 100% presencial. Como o professor está sendo preparado para os desafios atitudinais de uma sala de aula? Para Marx, “as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens e que o próprio educador precisa ser educado” (MARX, 1982). Quem educa os educadores?

Que tipo de formação os futuros docentes recebem em plataformas que os veem apenas como números, em uma educação bancária, “em que os educandos são os depositários e o educador, o depositante” (FREIRE, 2005, p. 33)? Será a formação docente reduzida a apostilas sintetizadas e provas virtuais? O perigo é o estabelecimento de uma formação acrítica, uma “incubadora de pequenos monstros aridamente instruídos para um ofício, sem ideias gerais e sem alma” (GRAMSCI, 2021, p. 56).

**Referências**

BRASIL. **Decreto nº 09.057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 maio. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2022** [recurso eletrônico]. – Brasília, DF: Inep, 2024. 105 p.: il. p. 17-14.

BRASILEIRO, Cristiane. Aula 2: P**rofissional em construção: entre o ideal e a realidade.** Curso de Extensão em Tutoria em EAD: Teorias e Práticas. Instituto de Matemática, Universidade Federal Fluminense, 2020.

COSTA, A. R. F. **Industrialização do ensino e política de educação a distância** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2019, 362 p. Ensino e aprendizagem, vol. 4.

EVANGELISTA, Olinda. **Faces da Tragédia Docente no Brasil**. In: XI Seminário Internacional da Red. Estrado, 2016, México DF. Anais do XI SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE LA RED ESTRADO. México-DF: RED ESTRADO, 2017. v. 1. p. 1-21.

EVANGELISTA, Olinda; SEKI, Allan K.; SOUZA, Arthur G. de; TITTON, Mauro; AVILA, Astrid Baecker. **Desventuras dos professores na formação para o capital.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. 213 p. ISBN 8521900058.

GRAMSCI, Antônio, 1891-1937. **Homens ou máquinas?** [recurso eletrônico]: escritos de 1916 a 1920 / Antônio Gramsci; seleção de artigos e apresentação de Gianni Fresu; tradução de Carlos Nelson Coutinho, Rita Coutinho. - 1. Ed. - São Paulo: Boitempo, 2021.

LEHER, R. (2023). **Mercantilização da Educação Básica, sistemas de ensino e plataformas de trabalho como expressões da pedagogia do capital**. PARADIGMA, 44(5), 34-60.

MACHADO, Ian Cartaxo; LEHER, Roberto. **Expansão da educação superior a distância pelas corporações educacionais e a crise do fies**. In: Anais da Jornada Giulio Massarani de Iniciação Científica, Tecnológica, Artística e Cultural. Anais. Rio de Janeiro (RJ) UFRJ, 2021.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política.** Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 113-158.

MARX, Karl. **Teses sobre Feuerbach**. Lisboa: Editorial Avante. 1982. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.html. Acesso em maio de 2024.

MÉSZÁROS, lsrván, 1930-2017. **A teoria da alienação em Marx** / Isrván Mészáros; tradução Nélio Schneider. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A Universidade no Século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade.** / Boaventura de Souza Santos. – São Paulo: Cortez, 2004 – (Coleção “Questões da nossa época”; v. 120).

SEMESP. Sindicato das Entidades Mantenedoras do Ensino Superior de São Paulo. **Mapa do ensino superior no Brasil**. São Paulo: SEMESP, 2019. 9a ed.

YAKOVLEVA, N., & MIGLIOLI, A. M. (2022). **Financeirização da Educação: uma síntese do problema.** Revista Fim Do Mundo, 3(7), 29–46.